

## **A Administração enquanto ciência social: limites e possibilidades de superação da dicotomia empirismo versus racionalismo por meio do materialismo dialético**

*Sidnei Silva Suerdieck<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho busca sintetizar algumas considerações fundamentais sobre as especificidades do método científico nas Ciências Humanas pertinentes para pesquisas qualitativas em Administração. Destaca-se o elevado potencial do materialismo dialético como estratégia de investigação para superar a clássica oposição entre racionalidade e empirismo na construção do conhecimento, identificando-se as metodologias de pesquisa alternativas que têm forte aderência a este método. Este texto procura ainda apresentar sugestões básicas para o planejamento e a condução de investigações exploratórias qualitativas com relevantes aspectos sociais e políticos nos seus temas de pesquisa.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Conhecimento científico. Ideologia. Método científico. Materialismo dialético.

**Abstract:** The present work looks to summarize some basic considerations about scientific method in the Human Sciences for qualitative inquiries in

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) atualmente designado para a Assessoria da Diretoria Socioambiental Participativa do Instituto de Gestão das Águas e do Clima (INGÁ) do Estado da Bahia. Especialista em Gestão para o Desenvolvimento Social pela Escola de Administração – EA da UFBA, Pós-Graduando em Mudanças Climáticas e Créditos de Carbono (UNIFACS/IMA), Mestrando em Administração pela EA-UFBA. E-mail: sidssuerdieck@yahoo.com.br

Administration. There is highlighted the elevated potential of the dialectic materialism like strategy of investigation to surpass the classic opposition between rationality and empiricism in the construction of the knowledge, identifying the alternative methodologies of inquiry that have strong adherence to this method. It is still looked to present basic suggestions for the projection and the driving of qualitative introduction investigations what have relevant social and political aspects in his subjects of inquiry.

**Keywords:** Epistemology. Scientific knowledge. Ideology. Scientific method. Dialectical materialism.

## Introdução

As Ciências Humanas ou Sociais possuem algumas características diferenciadas em relação a outros campos de conhecimento como as Ciências Exatas e Naturais. A principal e mais difundida delas é a possibilidade de coexistência de paradigmas e escolas de pensamento distintas, em alguns casos até antagônicos. A coexistência e/ou conflito de diversos sistemas de crenças científicas, com suas problemáticas e conjuntos de leis, desdobra-se determinando diferenças em suas metodologias de investigação. A crescente preocupação com o desenvolvimento e a explicitação do método visam possibilitar o teste e a verificação dos resultados alcançados pelo pesquisador na representação de seu objeto de estudo. Tal preocupação resulta da própria evolução da ciência e da sistematização dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da epistemologia, preocupação que não era tão premente no século XIX.

Com efeito, autores clássicos, como Weber e Marx, por exemplo, não chegaram a sistematizar detalhadamente seus métodos de pesquisa, o que não inviabiliza a pertinência de suas obras para a evolução das Ciências Humanas. Outra dessas especificidades é o grande peso assumido pela subjetividade, a influência da visão de mundo e da ideologia do pesquisador na condução de suas investigações, a ponto de se estabelecer um debate histórico sobre o grau de objetividade que essa

teoria poderia apresentar. Tais críticas embasaram o desenvolvimento da escola positivista, numa tentativa de proporcionar “objetividade e racionalidade” às Ciências Sociais por meio da aplicação de métodos das Ciências Naturais, buscando um *status* de maior “cientificidade”.

Em sua tese sobre a estrutura das revoluções científicas, publicada pela Universidade de Chicago em 1970, Thomas Kuhn<sup>2</sup> destaca o caráter não linear ou não cumulativo na evolução do conhecimento, o qual ocorreria por meio de “rupturas paradigmáticas” bruscas. Outros autores também abordaram a ocorrência de rupturas ou descontinuidades na evolução dos processos de produção do conhecimento, a exemplo de Gaston Bachelard, na década de 1950, por meio da categoria de “corte epistemológico”. Com esse conceito, este autor procurou designar a emergência de novas áreas do conhecimento ou a reformulação de axiomas fundamentais de uma disciplina já existente em função da contribuição de trabalhos científicos para uma melhor compreensão sobre a dinâmica de ocorrência de fenômenos empíricos (CASTELLS; IPOLA, 1978).

Apesar de não se aprofundar nas suas especificidades, além da possibilidade de coexistência paradigmática, considera-se que se existisse um hipotético grau de linearidade/cumulatividade no processo de evolução do conhecimento, este se apresentaria especialmente limitado nas Ciências Sociais e Humanas.

Outro debate epistemológico fundamental diz respeito à origem principal do conhecimento. Desde a Antiguidade Clássica (com Platão e Aristóteles, basicamente) concentra-se uma ênfase ora no indutivismo ou empirismo, ora no dedutivismo ou racionalismo. Por um lado, nas experiências sensíveis, e, por outro, na consciência cognoscente, fator principal de suporte à geração do conhecimento. Na modernidade, o avanço da Filosofia e da Ciência tem ocorrido numa abordagem dicotômica, com o permanente debate entre tais correntes, representadas inicialmente por Bacon, Locke e Hume, de um lado, e, de outro, por

<sup>2</sup> Atuando inicialmente como físico teórico, suas investigações sobre a evolução das teorias científicas inovaram na adoção de uma perspectiva historiográfica, a partir do contexto da época em que se desenvolvia. Publicadas de modo mais amplo em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), Kuhn desenvolve uma abordagem de filosofia da ciência, apontando que a concepção de ciência tradicional não se ajusta ao modo pelo qual a ciência realmente nasce e se desenvolve ao longo do tempo.

Descartes e Leibniz (ABRÃO, 1999; HENSEN, 2000).

Uma análise mais aprofundada das considerações realizadas por tais pensadores, contudo, revela que eles reconhecem a necessidade de ambas as dimensões para a geração do conhecimento. A diferença dá-se em torno da ênfase contributiva e da posição na estrutura inicial do processo de geração de conhecimentos. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de identificar uma abordagem epistemológica que reconheça e posicione adequadamente ambas as dimensões (psicológica e lógica, tanto da teoria quanto da prática) no processo de produção do conhecimento.

Considera-se, portanto, a necessidade de se identificar uma estratégia para a superação de tal dicotomia, especialmente em pesquisas que busquem identificar o papel das organizações populares e de natureza social nos processos autônomos de desenvolvimento local, em áreas excluídas dos circuitos normais de valorização e acumulação do sistema capitalista.

Pode-se afirmar que uma possibilidade de adoção efetiva de tal estratégia foi identificada no materialismo dialético. Este método desenvolvido por Marx e Engels considera o processo de produção do conhecimento resultante do relacionamento integrado e orgânico entre as dimensões conceitual e empírica. Nesta abordagem, o ponto de partida é o sujeito com forte base teórica que observa a realidade na tentativa de analisar e alcançar a “essência” dos fenômenos verificáveis sobre seu objeto de estudo.

Nesse processo, a estrutura cognitiva do investigador (definida pelos seus referenciais teóricos, pela sua ideologia e visão de mundo) permite estabelecer uma representação, uma interpretação sobre a realidade observada. Esta passa a constituir um caminho inverso, da base empírica em direção à uma racionalidade teórica, um estágio posterior da totalidade dialética “sujeito-teoria”, efetivamente mais enriquecida, complexa e abrangente do que a relação “sujeito-teoria” anterior. Pelo fato de o processo de investigação ser dialético e diacrônico, a partir do nível alcançado de representação do “concreto”,

o segundo estágio “sujeito-teoria” reinicia a análise dos fenômenos de seu objeto, na tentativa de descobrir um grau maior de compreensão de suas categorias de análise.

Com isso, faz-se um novo caminho de “descida” em relação à realidade empírica e isso permite uma nova e mais rica representação de seu objeto de pesquisa. As categorias de análise, agora melhor elaboradas, passam então a ser relacionadas na tentativa de maior compreensão da totalidade estudada, o que possibilita estabelecer um terceiro complexo “sujeito-teoria” e uma nova e mais profunda representação do real concreto. Este processo segue estabelecendo essas relações sucessivamente em direção à construção do “concreto pensado”.

### **Epistemologia e dialética materialista**

Considerando a epistemologia como um conjunto de operações conceituais e metodológicas para o exercício de atividades de produção de conhecimentos científicos e/ou filosóficos, nesta seção o objetivo é situar os elementos básicos necessários à sua prática no âmbito de um referencial materialista dialético, agregando as contribuições do filósofo francês Louis Althusser às bases da epistemologia bachelardiana para as práticas em Ciências Sociais<sup>3</sup>. A principal questão de Castells e Ipola (1978) sobre este assunto diz respeito à importância de se evitar a influência nociva de obstáculos ou vícios no processo científico de produção de conhecimentos.

Tais obstáculos não correspondem, necessariamente, à presença de elementos ideológicos e à formação teórica dos pesquisadores que a praticam. Muito pelo contrário, é reconhecida a importância da formação teórico-ideológica dos agentes na produção científica. Um dos obstáculos epistemológicos, desta forma, corresponde justamente às “resistências intelectuais” de natureza subjetiva que tentam negar a importância dos

<sup>3</sup> A presente seção, bem como este artigo como um todo, não seriam possíveis sem a imprescindível colaboração do Prof. Dr. Amílcar Baiardi, com quem desenvolvi as reflexões necessárias para o desenvolvimento dos conteúdos abordados ao longo da disciplina “Teoria do Conhecimento Aplicada”, no âmbito do Mestrado/Doutorado Acadêmico em Administração da UFBA. O presente trabalho decorre justamente de um artigo solicitado pelo Prof. Baiardi como trabalho de conclusão da aludida disciplina.

fatores ideológicos. Considera-se que tal postura é que pode ser capaz de gerar equívocos teóricos, lógicos ou conceituais refletidos nas práticas dos pesquisadores. Em termos de seus efeitos, incluir “os obstáculos epistemológicos” se tornam qualquer elemento extracientífico capaz de travar ou desvirtuar a produção de conhecimentos. Nesse sentido, a ideologia pode ser considerada em sua função social como um sistema de representações e atitudes ou, numa perspectiva materialista, como forma de existência da luta de classes no domínio de práticas significantes (discursos, condutas, normas), mesmo que venha a representar um fator extracientífico pode não representar, necessariamente, um obstáculo às práticas científicas.

De acordo com Castells e Ipola (1978), a especificidade do obstáculo epistemológico reside na forma de este se manifestar. Isto ocorre quando certas ideologias ou formações sociais ideológicas não assumem, não explicitam sua natureza e motivação. Procuram, ao contrário, assumir feições “teóricas” ou “científicas”, “absolutamente neutras”, na tentativa de se justificar na condição de possuidoras de maior “objetividade” para a produção de conhecimentos. Os autores designam essas ideologias de “ideologias teóricas”, sistematizadas para funcionar e institucionalmente reconhecidas como práticas científicas, mas servindo a certos interesses de classe.

Feitas essas considerações iniciais, Castells e Ipola (1978) apontam (com base nas teses de Althusser sobre a natureza das intervenções epistemológicas nas Ciências Sociais) a importância sobre a validade e o caráter das interferências ideológicas na produção do conhecimento científico. Tais interferências na sua relação com o materialismo dialético e com a luta de classes seriam diferentes de outras abordagens filosófico-metodológicas na medida em que o processo de produção de conhecimentos desenvolvido por Marx tinha um objetivo diferenciado: assegurar a união entre a teoria e a prática. A questão das relações entre ideologia e ciência, desta forma, é enfocada neste trabalho procurando apontar que os elementos ideológicos podem permear toda prática científica. Desloca-se a questão, dessa forma, para identificar se tal influência pode resultar num

apoio ou num obstáculo à prática científica.

Segundo Castells e Ipola (1978), os obstáculos epistemológicos principais nas Ciências Sociais são as “ideologias teóricas” denominadas humanismo historicista e positivismo. Articuladas entre si, elas produzem formações ideológicas, teorias dominantes do ponto de vista institucional que estão materializadas no funcionalismo, no estruturalismo e nas suas variantes que sustentam a “análise estratégica neoliberal”. Além dessas, os autores destacam o empirismo como obstáculo epistemológico dominante, do mesmo modo que o seu oposto, o racionalismo ou “formalismo”.

O modelo empirista e o formalismo seriam variantes opostas oriundas de uma filosofia idealista do conhecimento que, aplicada às Ciências Sociais, defende a finalidade do conhecimento, isto é, a procura de uma “verdade a-histórica”, natural e sempre presente na realidade por meio da fórmula “(sujeito) = (objeto) = verdade”. A investigação científica, assim, na indagação da “verdade” ocorre por meio de uma adequação entre “sujeito” e “objeto”, no qual a variante empirista corresponde à identificação da verdade com o objeto, enquanto o formalismo corresponde à ênfase na identidade “(sujeito) = verdade”.

No empirismo, presume-se a existência prévia do conhecimento dos fatos da realidade social, sendo objetivo da investigação científica meramente a verificação, reunião e síntese desses fatos. O trabalho científico, portanto, não consistiria numa compreensão, mas na purificação dos fatos e no reconhecimento de suas “determinações essenciais”, conforme expresso por Johan Galtung (1966) e pela escola americana do empirismo sociológico e das estatísticas sociais. Transformados em “dados” por meio da observação, os fatos seriam submetidos a operações lógicas de inferência que permitissem a construção de conceitos e seu posterior relacionamento no desenvolvimento de uma teoria (CASTELLS; IPOLA, 1978).

Nesse caso, verifica-se um absoluto predomínio da observação empírica sobre a teoria, sendo esta última constituída *a posteriori*, por meio de uma mera combinação de fatos. A insuficiência do modelo

empirista reside no questionamento que se pode fazer sobre a validade que tal seleção de fatos ou variáveis de observação pode apresentar para a compreensão de um fenômeno sem a devida consideração de um arcabouço teórico prévio. Com base nas considerações de Pierre Bourdieu (2004) sobre o “ofício do sociólogo”, Castells e Ipola (1978) apontam que a teorização não deve ser considerada uma instância subordinada ao registro de fatos e dados da realidade, mas, ao contrário, um meio de produção dos fatos científicos.

Dessa forma, o empirismo seria não somente um obstáculo, como também uma “arma ideológica” destinada a servir aos interesses teóricos e práticos do capitalismo, pois assim não existiria a “[...] possibilidade de se obter informações sem uma teorização prévia que defina a natureza da informação requerida, a interprete e articule com a rede de causalidade proposta” (CASTELLS; IPOLA, 1978, p. 33).

O modelo formalista, por sua vez, inverte essa relação numa tentativa de isolar e subordinar o processo de construção do conhecimento a uma autossuficiência da construção teórica, tanto no aspecto de construção dos conceitos como no seu relacionamento com a realidade concreta. Limita, assim, as práticas científicas às “construções especulativas” e considera as reflexões teóricas suficientes devido ao seu suposto caráter de absoluta coerência interna e rigor lógico. Isso permitiria dispensar a necessidade de experimentação científica, a exemplo da posição extremada de formalismo teorista presente em Georges Gurvitch.

Apesar de o seu pensamento não ser utilizado nas investigações empíricas, os autores destacam que Gurvitch conserva influência no ensino de sociologia, legitimando e alimentando uma tendência de separação entre a reflexão e as investigações empíricas, segundo a qual especulações abstratas por si só poderiam representar uma produção de conhecimento sociológico, como ocorre também na “Teoria Geral da Ação” de Talcott Parsons. As categorias classificatórias parsonianas apresentam um grau elevado de formalismo, segundo Castells e Ipola (1978), pelo fato de desconsiderar a importância para a construção



teórica da especificidade dos processos materiais e empíricos.

Tal abordagem resulta numa superficialidade, numa incapacidade explicativa em aplicações práticas acerca dos fenômenos concretos (CASTELLS; IPOLA, 1978). Salienta-se, contudo, que os dois obstáculos epistemológicos apontados acima formam um modelo didático para introdução ao tema, e as formas concretas da maneira que estes têm se desenvolvido (positivismo, humanismo historicista, funcionalismo, estruturalismo etc.) são resultantes de uma combinação variável de ênfase entre os dois pólos apontados. Em vista disso, questiona-se de que forma poderia ser superada tal dicotomia na produção do conhecimento científico, identificando como hipótese a adoção da dialética materialista tanto nas construções conceituais quanto nas práticas de pesquisas de campo.

### **Construção do método de investigação em Marx**

A trajetória política e intelectual de Karl Marx alinha-se à de Feuerbach, Max Stiner e Bruno Bauer, dentre outros intelectuais de esquerda no início do século XIX, os quais incorporam a dialética hegeliana, depurando seu conteúdo teológico e excessivamente idealista. À medida que aperfeiçoa suas teses sobre a evolução histórica dos meios de produção e reprodução da vida humana, Marx, sistematicamente, diferencia-se e rompe com as concepções dos “jovens hegelianos”, da mesma forma que outros pensadores de inspiração socialista que também identificavam a exploração dos trabalhadores, Saint-Simon, Fourier, Owen, Blanc e Proudhon. Apesar do pouco reconhecimento, outra grande convergência no desenvolvimento do método em Marx pode ser encontrada na filosofia de Immanuel Kant. Este teria sido o primeiro autor moderno a tentar romper a dicotomia entre razão e percepção, tentando combinar uma visão de mundo com a visão de si mesmo, pois o homem nasce com a capacidade de fazer juízos *a priori*, de perceber e utilizar símbolos. Sua concepção de “apriorismo”, como condição imanente à natureza humana, rompeu com o racionalismo e estabeleceu as bases para um método de investigação cujo melhor

executor foi Karl Marx (ABRÃO, 1999).

Em *O Capital*, Marx (1867) aplica de forma magistral o método de análise que vinha desenvolvendo com o apoio de Friedrich Engels nas décadas anteriores. Apesar das poucas oportunidades em que chega a ser explicitada conceitualmente, a dialética materialista inova radicalmente e se diferencia dos outros métodos de investigação das Ciências Sociais e Humanas. Distingue-se pelo fato de tratar de descobrir uma compreensão do real não somente por meio do estabelecimento de abstrações em categorias de análise simples e complexas, mas, principalmente, pela busca incessante da dinâmica de relacionamento, da interação dialética entre estas categorias como forma de compreensão das relações sociais (PRADO JR., 1980).

Segundo Gorender (1985), a primeira formulação marxiana sobre a teoria econômica acontece nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, ensaio no qual o filósofo se afasta do idealismo hegeliano e mantém a dialética da negatividade, considerada por ele o “núcleo racional” do sistema de Hegel. A partir de então, passa a construir as bases do materialismo histórico, sua macroteoria histórico-sociológica, em parceria com Engels, a partir da refutação do humanismo naturalista de Feuerbach realizado em *A Ideologia Alemã* (1845/1846). Com a possibilidade de aprofundar seus estudos em Londres a partir de 1850, o autor avança na sua teoria sobre o sistema econômico capitalista em *Esboços dos Fundamentos da Crítica da Economia Política* (também conhecido por *Grundrisse*) de 1857/1858, rascunho de trabalho que estabelece as categorias de análise básicas as quais foram plenamente desenvolvidas nos Livros Primeiro e Segundo de *O Capital*.

Antes, contudo, de apresentar sua obra máxima, Marx publicou *Para a Crítica da Economia Política* em 1859, e Introdução, publicada pela primeira vez em 1903, é considerada o modelo mais condensado do materialismo histórico. Nela, Marx defende que o tensionamento dialético entre a infraestrutura econômica e a superestrutura ideológico-institucional e entre as forças produtivas e as relações de produção determina a sucessão dos modos de produção e de suas respectivas

formações sociais. Ainda nesse documento, segundo Gorender, está a mais extensa exposição sistemática sobre a questão do método de investigação na literatura marxiana, onde podem ser observados três temas centrais: a definição de seu objeto de pesquisa na Economia Política; o processo cognitivo para sua adequada apreensão (no âmbito especificamente epistemológico) e, por fim, o ordenamento expositivo das categorias desenvolvidas na explicação de seu sistema interpretativo (YAMAMOTO, 1994; GORENDER, 1985 apud MARX, 1982).

Sobre o processo cognitivo, Marx resgata a sequência de três escalas (presentes em Nicolau de Cusa, Espinosa e Kant) na produção do conhecimento. Essa seqüência foi desenvolvida por Hegel na abordagem idealista da “dialética racional”, porém com um caráter objetivo e materialista. Sobre esse ponto, de acordo com Gorender (1985), a contribuição de Marx não se refere a uma mera substituição do idealismo pelo materialismo. Consiste numa inovação em que o “concreto pensado” (captado pela intuição e representação a partir do “concreto real caótico”) percorre escalas sucessivas, do intuitivo empírico ao abstrato, até a formação do concreto pensado enquanto síntese de múltiplas determinações e seu retorno ao concreto real.

O terceiro eixo do método marxiano aponta que a exposição das categorias analíticas do seu sistema teórico não obedece a uma sucessão histórica, mas a um ordenamento lógico, de acordo com suas conexões conceituais. Isso não implica a desconsideração das relações entre essas duas dimensões na reconstituição dos processos reais que pretende sistematizar, porém evita o reducionismo de identificar o lógico com o histórico.

A teorização de Marx, assim, é construída pela unidade do diverso. Referindo-se às origens da Economia Política nos Manuscritos de 1857, Karl Marx apresenta uma síntese daquilo que considera “o método científico correto” para a produção do conhecimento. Com inspiração naquilo que se estabeleceu uma prática espontânea pela intuição e talento dos primeiros autores dessa disciplina, Marx começa a desenvolver seu método de forma consciente, num esboço dos procedimentos que

adotaria para a observação, consideração e teorização do capitalismo.

Resultante dessa forma de pensamento e apreensão da realidade, o capitalismo, na interpretação de Marx, é configurado um “sistema”, em que todos e cada um de seus elementos se integram numa unidade e totalidade. Capital, meios de produção, insumos, força de trabalho, mercadorias, lucro, comércio, moeda, circulação, crédito etc., todos entrelaçados organicamente, cada qual desempenhando o seu papel em função dos demais e viabilizando a constituição da totalidade desse modo de produção.

Nesse processo de progressiva determinação de relações, “descobertas pela análise”, de apreensão e representação mental (por meio de idéias, conceitos) é que se elabora e sistematiza-se o conhecimento, ao contrário da perspectiva metafísica que se propõe tão somente identificar e descrever a “essência” de coisas, entidades e seres. A perspectiva dialética em Marx propõe uma unidade da realidade tanto no espaço (integração em conjunto de suas feições e situações), quanto no tempo, com a constante transformação desse conjunto em processo de contínuo “devir”. Assim, a adequada compreensão da mesma é resultante de uma progressiva apreensão e descrição dessa unidade nas relações que a compõem e a estruturam sincrônica e diacronicamente.

Tal método permite compor “a síntese de numerosas determinações”, o estabelecimento de sistemas relacionais formando o fato real (“concreto”), permitindo a construção dos conceitos representativos e relacionais desta realidade por meio do “concreto pensado”. O procedimento do autor explica-se no interesse pela determinação das relações nas quais se estrutura seu objeto de análise, o “processo social de produção”, não se limitando apenas a descrever e definir as circunstâncias nas quais estas se dão. Questionando, portanto, sobre os elementos ou subsistemas que o compõem, suas inter-relações e integração na composição de um conjunto articulado, de uma totalidade que será desenvolvida, representada mentalmente em um novo e complexo sistema relacional integrado no conjunto real percebido pelo

pesquisador (PRADO JR., 1973; GORENDER, 1985).

### **Fundamentos do Materialismo Dialético em Marx**

Ao apontar que o correto na produção do conhecimento é começar pelo real e pelo concreto, Marx critica os economistas clássicos que iniciam seus estudos pela “população” e destaca que esta representa uma mera abstração, se for abordada desconsiderando fatores como a existência das classes que a compõem e dos elementos sobre as quais estas repousam: a divisão do trabalho, trabalho assalariado e o capital, o valor e a formação de preços, o dinheiro e as trocas. Dessa forma, segundo Marx, se sua pesquisa se iniciasse pela população de uma forma abstrata, ele teria uma “representação caótica do todo”.

A estratégia de Marx (1982, p. 14), então, foi procurar uma determinação mais precisa mediante a análise para alcançar conceitos mais simples, “[...] do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples”. Somente após alcançar esses conceitos mais simples e fundamentais ou essas “determinações abstratas”, é que o autor realiza a “viagem de modo inverso” em direção à população, que deixa de ser, dessa forma, uma representação caótica, tornando-se “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.

O método de Marx (1982, p. 14), denominado pelo autor de “cientificamente exato”, permite sintetizar as múltiplas determinações, unificar a diversidade de seu objeto de estudo e constituir o “concreto” no seu pensamento “[...] como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação”. O materialismo dialético, então, compõe o método de “elevantar-se do abstrato ao concreto”, a forma adequada de apropriação desse concreto para sua reprodução como “concreto pensado”.

O autor realiza a conexão do seu método com o materialismo histórico quando passa a considerar a ocorrência das categorias simples em sua manifestação histórica nas diversas sociedades humanas e sua

evolução em direção ao “concreto mais desenvolvido”.

Esse é o caso do trabalho que, exprimindo uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, numa abstração mais simples, passa por um processo de crescente especialização e indiferenciação, transformando-se no trabalho assalariado, essa categoria fundamental das sociedades capitalistas modernas. Devido ao seu elevado grau de diferenciação, a sociedade capitalista é definida por Marx (1982, p. 17) como a organização histórica mais desenvolvida, pois as categorias que exprimem sua articulação e relações “[...] permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada [...] A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade etc.”. A forma com que Marx procede a essa comparação, contudo, difere do método daqueles que procuram diluir as diferenças históricas e defendem que as formas capitalistas estejam presentes em todas as sociedades.

Uma avaliação contemporânea sobre a produção do conhecimento em Marx, sobre o método dialético materialista, reconhece sua central contribuição para a Filosofia e para as Ciências Sociais, apontando, contudo, um baixo grau de sistematização por parte do autor acerca do materialismo dialético. Tal distinção é defendida por Caio Prado Jr. (1973) que indica a necessidade de se estudar a dialética marxiana com vistas a explicitar melhor seu método científico. Segundo o autor, o que singulariza o pensamento de Marx é sua abordagem, que não se propõe a “inventar” um esquema qualquer sobre o Conhecimento e sua elaboração (seja empirista ou racionalista), mas perceber de que maneira esse conhecimento foi elaborado e se desenvolveu em grandes pensadores e cientistas, mesmo sem sua plena consciência.

Tal procedimento metodológico foi sumariamente indicado em seu manuscrito de 1857 (os *Grundrisse*), quando se referiu ao trabalho dos ingleses precursores da Economia Política ainda no século XVII. O traço fundamental do que se poderia constituir numa teoria marxiana do conhecimento, de acordo com Prado Jr., é a natureza construtiva do

conhecimento, efetuada pelo pensamento e suas operações, consistindo numa “representação” mental ou interpretação (não mera reprodução) do concreto (a realidade exterior ao pensamento que busca conhecer). O conhecimento compõe uma elaboração mental realizada com fatos psicológicos, “um produto do cérebro pensante”, a partir da percepção e da intuição. Ou seja, uma “apreensão” de algo exterior e preexistente ao intelecto que, incorporado ao pensamento, se transforma em Conhecimento.

Essa é uma perspectiva diferente daquela que ocorre na tradição filosófica clássica, a Metafísica, que em geral identifica como Conhecimento a investigação de conceitos ideais, “essência” e “verdade”, por exemplo, permitindo o surgimento da ambiguidade metafísica, mantida no racionalismo moderno, em que o Conhecimento é identificado com a busca da “essência” e da “verdade”. De acordo com Prado Jr. (1973), nessa perspectiva, o conhecimento não se elaboraria no intelecto, mas já se acharia presente na realidade exterior, cabendo ao pensamento apenas captar seu conteúdo, sua “essência”, a “verdade” de seu objeto. O conhecimento seria baseado, então, na identificação da “verdade”, numa mera transposição da “essência” da realidade ao pensamento, da esfera objetiva para a esfera subjetiva.

Nessa concepção, para a visão clássica, o conhecimento nada mais seria do que a reprodução de algo que estivesse presente na realidade exterior ao pensamento. Para este autor, a profunda contribuição de Marx consiste na proposição de que se o conhecimento está presente na realidade exterior, não deve ser confundido com esta realidade, ou seja, o conhecimento provém da realidade, mas não é idêntico a ela. É uma representação, uma interpretação ou compreensão desta realidade, sendo a dialética materialista um método “antimetafísico” e contrário ao idealismo.

A diferença fundamental do método de Marx reside em avançar a abstração e análise das categorias do sistema econômico para, em primeiro lugar, determinar as relações entre estas categorias. Considera-se pelo termo “relação” uma disposição de simultaneidade e sucessão

entre as diversas categorias de análise, a “maneira ou modo como as feições e situações da Realidade exterior ao pensamento conhecedor [...] se dispõem e compõem, em si e entre si, no espaço e no tempo” (PRADO JR., 1973, p. 8). Por este conceito não se deve entender uma mera ligação exterior entre objetos distintos, em que tais objetos conservam sua individualidade anterior, sem que a referida relação lhes acrescente algo, da mesma forma que ocorre na Lógica moderna.

O conceito de relação na dialética materialista engloba os objetos relacionados numa totalidade, numa nova unidade, num sistema de conjunto estabelecido pela relação enquanto disposição sincrônica e diacrônica desses objetos. Pela posição espacial e sucessão temporal de cada categoria em relação às demais e à totalidade que estas constituem em função de seu relacionamento. Mediante a sistematização e a determinação das relações é possível visualizar a realidade considerada, por meio da identificação, entrosamento e congregação dos elementos abstraídos numa totalidade que transcende a soma e a individualidade de cada um destes elementos. Os conjuntos, dessa maneira integrados e totalizados, por sua vez, incorporam-se a conjuntos mais amplos, articulando-se e formando sistemas de relações mais amplos e complexos, que se totalizam e unificam, formando o “concreto”, a “unidade na diversidade”.

O “algo mais” verificável num sistema de conjunto (que é sempre superior à simples soma das partes que o compõem) resulta das relações que congregam tais partes, transformando sua individualidade em função de um todo. A individualidade dessas partes, por seu turno, ocorre e se diferencia devido à perspectiva de totalidade do sistema em que estão integradas e segundo o qual devem ser funcionais. O processo permanente de decomposição da realidade observada nos sistemas de relações que a estruturam constitui a base do materialismo dialético (PRADO JR., 1973). Este autor pretende tornar claro o procedimento essencial de Marx e o exemplifica com a álgebra.

Esse tipo de análise aplicado à solução de um problema consiste em estruturar os dados conhecidos com a incógnita que se investiga



por meio de uma equação. Esta é um sistema de conjunto integrado, de relações organizadas em função umas das outras e da totalidade que as representam, o que vai permitir alcançar a solução necessária pela identificação da referida incógnita. A análise marxiana consiste justamente em “[...] totalizar elementos num sistema integrado de relações onde esses elementos [...] se determinam todos eles mutuamente e em função do todo que integram” (PRADO JR., 1973, p. 20), para tanto desejando descobrir relações ainda não consideradas, “incógnitas” necessárias para o conhecimento da totalidade abordada.

Outra característica fundamental do método de produção de conhecimento em Marx diz respeito à consideração das situações da realidade tanto numa perspectiva de seu sincronismo (de simultaneidade, numa coincidência temporal), quanto do diacronismo, da sucessão ou transformação destas no tempo. Com efeito, no desenvolvimento de sua análise, Marx procura englobar simultaneamente o espaço e o tempo, ambas as dimensões ou perspectivas da realidade.

### **Práxis dialética nas pesquisas em Ciências Sociais**

Conforme já apontado, a dialética é a metodologia de investigação que se apresenta com maior capacidade de contemplar as dimensões de historicidade e subjetividade dos fenômenos sociais (ideologia, cultura, política etc.). De acordo com Demo (1995), isso pode ocorrer especialmente na variante histórico-estrutural por ele adotada, a qual pretende avançar em relação à dialética materialista marxiana original, para equilibrar a polarização de influências entre as condições objetivas e subjetivas na constituição da realidade histórica. O raciocínio dialético, composto pelo esquema “tese-antítese-síntese”, aplica-se nos estudos nas Ciências Humanas e Sociais especialmente na análise dos movimentos históricos e dos conflitos sociais, fenômenos típicos dessa área do conhecimento humano, ao contrário do que ocorre nas Ciências Naturais.

A dialética histórico-estrutural adotada por Demo (1995) coloca

no mesmo patamar as dimensões objetivas e subjetivas que condicionam a realidade social, diferenciando-se das perspectivas marxista ortodoxa e da gramsciana, que tendem a focalizar e valorizar mais um ou outro desses fatores. A dialética é adequada para explicar as transformações históricas, mas não se esgota nessas, dado que é ainda um modelo explicativo de identificação da regularidade das revoluções (sejam sociais ou científicas) enquanto normalidades históricas, recorrentes e estruturais.

Considerando de mesmo peso as condições objetivas e subjetivas, suas inter-relações podem ser tanto de limitação quanto de reforço mútuo, embora em dados momentos históricos possa ocorrer a predominância de um tipo de condicionamento sobre outros, como nas revoluções Bolchevique e Cultural Chinesa, em que as condições políticas predominaram sobre as limitações objetivas do modo de produção ainda atrasado nessas formações sociais (DEMO, 1995).

A noção de “unidade de contrários” é uma das mais fundamentais da lógica dialética, uma vez que exprime o processo e a dinâmica interna de polarização dos interesses contrários. Nesse sentido, Demo (1995) faz uma distinção entre “contrário” e “contraditório”, pois este último exclui, não prevê a polarização, a relação “necessidade/repulsa” que compõe as totalidades históricas. Essa é a razão pela qual o conflito é a marca da realidade social, dos processos históricos, embora estes possam ser influenciados por fatores externos. Não existe, portanto, “unidade de contraditórios”, mas sim “de contrários”, por exemplo, no fenômeno do poder, na dicotomia permanente entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem, necessidade que motivou o desenvolvimento dos primeiros trabalhos no campo da administração, os “estudos científicos” de Taylor e a estruturação das funções organizacionais de gestão de Fayol.

O choque entre os interesses contrários, fenômeno que pode ser tão bem captado pela dialética, é a mola que impulsiona os processos históricos e a qualidade dos processos políticos que se pretende captar por meio das metodologias qualitativas de investigação social (como a observação-participante ou a pesquisa-ação), por sua vez, vai depender

da efetividade dos processos ou metodologias participativas em permitir a ocorrência de conflitos e a polarização de propostas (MAFFESOLLI, 1978 apud DEMO, 1995).

Outra das características fundamentais da dialética, razão de seu relacionamento com a pesquisa-ação e observação participante, é o exercício da prática e sua relação com os processos de teorização. Estes necessitam da prática para se vincular à realidade histórica, representando um dos “critérios de verdade”, uma condição fundamental para as transformações históricas, tão importantes quanto a crítica teórica. A prática caracteriza-se por ser concreta, bem como tem a propriedade de derivar-se em várias formas, mesmo que oriunda de uma mesma base teórica, delimitando a teoria em alguma versão histórica. Da mesma forma que é ideológica, pois ocorre dentro de uma realização histórica e de uma opção política, a prática é ainda condição fundamental de composição da realidade. Mantendo fidelidade aos fundamentos marxianos do método, Demo (1995) destaca que, para não se diluir, a prática deve retornar à teoria, à crítica e à autocrítica, tornando a teorização mais produtiva com sua adequação à realidade processual, desconstruindo as formalizações teóricas excessivamente abstratas (VASQUEZ, 1977 apud DEMO, 1995).

### **As possibilidades das metodologias alternativas**

As metodologias alternativas são originariamente inspiradas nas propostas da hermenêutica e fenomenologia de aproximação e valorização por parte das Ciências Sociais. Sobre os aspectos da interpretação e comunicação humanas, desconsiderados pelas metodologias positivistas, inclusive em relação aos fenômenos existenciais e cotidianos da vida, não somente de caráter estritamente científico. É possível identificar uma crescente utilização e debate em torno das metodologias alternativas para melhorar a relação “teoria versus prática” nas pesquisas de natureza social, pois ao contrário das abordagens empiristas/positivistas e suas variantes, aquelas podem melhor abarcar a complexidade e a totalidade

qualitativa da realidade social.

Metodologias alternativas como a observação-participante e a pesquisa-ação são mais indicadas para captar a inerente subjetividade e historicidade dos fenômenos sociais, uma vez que tentam adaptar e construir seus procedimentos a estes fatos, em vez de tentar “enquadrar” mecanicamente seu objeto de pesquisa a modelos de abordagem rígidos e pré-definidos. Decorrem da constatação de insuficiência dos métodos e abordagens tradicionais para o tratamento teórico e prático das questões sociais, sua crescente utilização em mecanismos de desmobilização da capacidade crítica dos movimentos populares, sua inserção e submissão a projetos políticos de dominação e controle social, seu afastamento da vida prática e do cotidiano das necessidades populares em detrimento dos objetivos de grupos dominantes.

Ademais, os métodos tradicionais têm demonstrado uma baixa capacidade de enfoque sobre as dimensões qualitativa e política da realidade social, excessivamente voltadas para a importação de procedimentos das Ciências Naturais, ocupando-se pouco com as tarefas de redução dos problemas sociais (DEMO, 1995).

Fica evidente, assim, a elevada proximidade das metodologias alternativas em relação ao materialismo dialético, embora este não seja seu único fundamento metodológico. Na pesquisa-ação ou na observação-participante a principal característica é o compromisso com a prática e a ação social conscientemente política, capaz de aliar conhecimento e mudança. Outra característica fundamental está em não considerar a realidade social um mero “objeto” de pesquisa por meio de uma relação formal. Nas Ciências Sociais, o “objeto” e o sujeito que realiza a pesquisa estabelecem uma relação social, um diálogo, com sua devida polarização política. Tal relação exige uma comunicação, uma linguagem estruturada para constituir a relação, numa unidade de contrários em que sujeito e objeto se influenciam mutuamente e até mesmo coincidem.

Essa posição renega decisivamente qualquer ideal de neutralidade em Ciências Sociais (JAPIASSU, 1975), considerada por Demo (1995)

uma manobra de manipulação da realidade social, no momento em que o pesquisador se dirige às comunidades como meras fontes de dados, sem restituir-lhes o conhecimento elaborado com sua ajuda, usando-o a serviço do sistema dominante, para refinamento das estratégias de controle social. Transformam-se as comunidades em cobaias, em campo de observação, grupo de controle, lugar de testes metodológicos para a geração de conhecimentos que não têm qualquer utilidade para elas. Outra grande limitação que este tipo de abordagem pretende superar é o da distância entre os conhecimentos desenvolvidos e a capacidade prática para enfrentar os problemas identificados (THIOLLENT, 1998; DEMO, 1995).

A caracterização do método de pesquisa participante, baseado na dialética histórico-estrutural, apresenta sua estratégia de aplicação por meio do planejamento participativo em três momentos básicos: o autodiagnóstico, o plano de enfrentamento prático e a organização política. No momento do autodiagnóstico ocorre a confluência entre o conhecimento científico e os saberes populares realizada pelos próprios interessados. O conhecimento técnico-científico é fundamental, mas se servir de instrumento para a própria comunidade, se for reconhecido e adotado pela mesma. Não somente deve permitir uma cumulação e sistematização de dados empíricos, mas principalmente uma tomada de consciência política da situação que se quer compreender, das condições e relações do contexto que levam ao seu desenvolvimento histórico. Essa etapa, segundo Demo (1995), deve permitir o alcance da cidadania, a ciência a serviço da emancipação (PRIETO, 1984 apud DEMO, 1995).

Ao definir que a prática é a maneira mais adequada de conhecer no cotidiano social, que não está sujeita a uma teoria formal a cada momento, não se propõe, contudo, que o saber popular seja mais importante que o plano teórico, o conhecimento científico. No âmbito da pesquisa participante surge o contexto mais favorável para a formação do intelectual orgânico, que se identifica com a comunidade na prática, trazendo como colaboração o serviço da ciência à emancipação social.

Para se alcançar essa condição, contudo, o pesquisador deve ter um trajeto constante de crítica e autocrítica e reconhecer sua vocação elitista de intelectual para conseguir uma identificação coerente com a comunidade em que atua.

Tal identificação não corresponde a uma mera tentativa de igualar as condições de vida (no mesmo lugar ou da mesma forma que a comunidade identificada), mas uma identificação subjetiva prática, na dimensão ideológica, aceitando-a da mesma forma que parte integrante da pesquisa nas Ciências Sociais. O controle sobre a mesma não se dá pela omissão, mas pelo reconhecimento aberto e discussão do papel desse elemento na pesquisa para não incorrer nos riscos do ativismo dogmático (BORDA; BRANDÃO, 1986 apud DEMO, 1995).

A primeira dificuldade relacionada com a utilização dessas e de outras metodologias alternativas é o risco da banalização, do ativismo vazio, com a negligência em relação à importância e ao papel do método e da teoria. Isso ocorre com a rejeição da pesquisa empírica qualificada de empirismo e instrumentos lógicos e estatísticos de formalização, como se o método alternativo pudesse ser confundido com falta de método. Outro limite apontado por Demo (1995) para essas metodologias participativas é seu caráter tópico, circunscrito à experiência específica, o que reduz sua capacidade de generalização aos aspectos políticos de mobilização da comunidade.

Da mesma forma, não se deve tender à utilização exclusiva dos métodos alternativos e desconsiderar totalmente os métodos já estabelecidos. Mais do que isso, é preciso adotar uma postura metodológica dialética, de discussão e crítica desses próprios métodos, além dos tradicionais já estabelecidos. É possível incorporar procedimentos formais e técnicas de coleta de dados, de tratamento estatístico, desde que não se considerem estes suficientes para a completa abordagem científica dos fenômenos enfocados. Outra confusão que pode surgir é considerar toda pesquisa participante de esquerda ou de elaboração de contra-ideologia, de produção de conhecimento engajado a serviço dos grupos populares, pois abordagens conservadoras também

utilizam princípios e mecanismos participativos. Por fim, Demo alerta que as metodologias alternativas são ainda incipientes, muito mais promessas, muito mais alertas do que caminhos comprovados de evolução metodológica nas Ciências Sociais.

A fenomenologia chamou a atenção para a dimensão existencial e subjetiva da realidade social, defendendo a adoção de métodos compreensivos, mas não conseguiu articular e acumular uma bagagem considerável de indicações de pesquisa. Da mesma forma, a pesquisa participante aponta exigências alternativas de procedimento e abordagem, mas os pesquisadores que a defendem ainda estão em práticas de aproximação no processo de construção de suas técnicas, dificilmente conseguindo adotar de forma completa seus objetivos (DEMO, 1995).

### **Dificuldades práticas nas pesquisas sociais qualitativas**

Os desafios envolvidos na utilização das metodologias alternativas de pesquisa-ação e/ou de observação participante, de pesquisar e ao mesmo tempo participar, tornam o trabalho muito mais complexo e exigem diversos requisitos. Tais desafios envolvem também a adequada aplicação da própria dialética, um fundamento dessas metodologias alternativas, originariamente apontado pelo próprio Marx e sua noção de *práxis*. No geral, tais metodologias alternativas representam uma tentativa de atualização e aplicação da dialética marxiana que apresenta um caráter processual e não está acabada. Envolve a necessidade constante de novas contribuições, por meio da prática e reflexão sobre suas aplicações e limitações em contextos de pesquisa.

Sinteticamente, pode-se apontar como diretrizes e áreas para novas contribuições sobre estas metodologias as questões relacionadas com a organização comunitária para o autodiagnóstico, a produção do conhecimento a partir da prática sem ativismos vazios, além dos requisitos de experiência teórica e prática em desenvolvimento comunitário. Outro tema sensível é o equilíbrio entre forma e conteúdo,

mediando a devida realização dos levantamentos empíricos e sua vinculação com as construções teóricas, integrando adequadamente a realidade e o método de sua apreensão. Por fim, temos a possibilidade de negar o mito da neutralidade científica e permitir a explicitação das tendências ideológicas do pesquisador, além de uma maior identificação do mesmo com as comunidades estudadas, não evitando transformá-las em mero objeto, cobaia de experimentação.

A fim de contribuir para a redução de enfoques inadequados na relação sujeito-objeto em pesquisas de gestão e desenvolvimento social pela importância de reconhecer a importância da proximidade e integração do pesquisador em relação à organização e à comunidade abordada, é importante aprofundar as reflexões sobre a importância de uma adequada mediação desta no grau proximidade. Especificamente, é necessário encontrar uma constante mediação entre os processos de aprofundamento nas relações entre pesquisador e os fenômenos observados, mas com o cuidado de salvaguardar um nível adequado de isenção e distanciamento do autor em relação aos processos analisados.

Em investigações anteriores nas organizações sociais, Suerdieck (2005) enfrentou questões e riscos na identificação dos limites de aproximação entre os atores no processo de pesquisa. O problema de pesquisa referia-se à importância e possibilidades de utilização intensiva dos vários tipos de planejamento para ampliar o grau de sustentabilidade e eficácia da gestão em organizações de interesse social. As conclusões buscavam ser aplicáveis não somente a organizações do Terceiro Setor, mas também a órgãos públicos, cuja característica comum é o pequeno porte e a experiência em relação às congêneres de segmento. Aqui, o foco consistiu na identificação das estratégias e práticas concretas de planejamento utilizadas nessas entidades que normalmente estão mais expostas a fortes restrições nas suas condições de funcionamento.

Este estudo exploratório e descritivo tinha, na presença e forma de atuação do pesquisador, uma relação de observação participante devido ao compromisso de apoiar o mesmo por mecanismos de extensão



acadêmica. Como não poderia deixar de ser, a investigação estimulava a reflexão conceitual sobre o assunto e instigava a construção de novas atitudes e comportamentos nos integrantes da organização, com vistas a aproveitar melhor o potencial de contribuição do planejamento para sua sustentabilidade e eficácia.

Com efeito, em nenhum momento aqui a premissa foi uma possível interação neutra com o fenômeno estudado, ao contrário, o princípio teve o sentido de explicitar e regular tal interação. Durante a imersão em campo tornou-se muito intensa a afinidade, o intercâmbio de experiências e opiniões, a construção de interpretações conjuntas, a geração de conhecimentos com diálogo entre os interlocutores. Essa proximidade, contudo, levou em dado momento ao convite de participação em algumas atividades essenciais do fenômeno analisado, o que levou Suerdieck (2005) a questionar seriamente a possibilidade de não participar, para evitar uma intervenção que pudesse alterar significativamente a trajetória dos processos em desenvolvimento.

Até que ponto reconhecer o inter-relacionamento e influência mútua entre os sujeitos realizadores da pesquisa e os atores informantes dos fenômenos estudados permite uma interferência tão ativa no fenômeno que poderia ser capaz de definir seu próprio desenvolvimento posterior? Qual seria o momento indicado para o pesquisador se afastar e reduzir sua influência no fenômeno de estudo, na busca do recomendável “estranhamento” mesmo em pesquisas de natureza etnográfica?

E ainda, mesmo reconhecendo o caráter “mitificado” da idealizada “neutralidade científica”, até que ponto poderia o pesquisador tirar conclusões sensatas sobre um processo do qual ele estivesse participando de forma tão íntima a ponto de definir os resultados do processo?

## **Considerações finais**

Nas Ciências Humanas e Sociais, portanto, é impossível rejeitar a interferência de elementos subjetivos e psicológicos, pois os indivíduos, enquanto agentes de produção do conhecimento e vivendo

em sociedade, se constituem sempre e simultaneamente como sujeito e objeto nos processos de produção do conhecimento. Sujeito e objeto são um só, ou seja, a diferença entre as Ciências Naturais e Humanas é principalmente de índole (GOLDMANN, 1978).

Dentre as peculiaridades das Ciências Humanas e Sociais, campo sempre muito destacado e utilizado para depreciar, reduzir seu valor científico e seu grau de objetividade, consta a interveniência da ideologia. Contudo, acreditamos que esta possa interferir positivamente nas práticas científicas, na condição de fator de motivação e orientação para as questões de estudo que orientarão tais práticas. Para tanto, basta que a mesma seja adequadamente identificada e tenha suas influências controladas no processo de produção de conhecimentos. O não reconhecimento da interferência ideológica, por outro lado, é que se constitui não somente um obstáculo, mas uma “arma ideológica”, utilizada para submeter outras formas de analisar e interpretar a realidade social, como bem apontado por Castells e Ipola (1978). Assumir e explorar essa peculiaridade é um desafio também para a Administração, um campo de estudo e pesquisas aplicadas das Ciências Sociais que se afirma como área de análise sobre as relações de poder. Tal abordagem, para a qual os métodos de análise e investigação dialética têm a oportunidade de contribuir, pode ser realizada dentro dos microcosmos sociais das próprias organizações, nas suas interações com outras organizações e na construção de mecanismos de gestão social em seus espaços de atuação.

Com efeito, há uma defesa quanto à necessidade de se ampliar a utilização do materialismo dialético nas pesquisas de Administração, pois este admite que o conhecimento científico resulta de fatores humanos e sociais, devendo integrar também o estudo dos fatos sociais e a história das teorias sobre estes fatos. Assim, o reconhecimento e engajamento ideológico podem perfeitamente proporcionar a construção de teorias com qualidade. Nesse sentido, existem indícios de que o processo de evolução na produção do conhecimento tenderia a se apresentar mais como resultante de uma dinâmica dialética, passível de rupturas e de abordagens paradigmáticas paralelas ou concorrentes do que num desenvolvimento

linear, como já bem exposto por Kuhn (2003) e Bachelard (1988).

Assim é que frequentemente são reconhecidos os avanços no processo de construção do conhecimento em cada corrente paradigmática das Ciências Humanas muitas vezes por meio de uma contraposição ou “resposta” às críticas advindas de uma “escola adversária” ou divergente. Esse processo dialógico e/ou dialético da evolução teórica pode acontecer, por exemplo, com as Ciências Econômicas em que, a partir das contribuições de autores contemporâneos de Organização Industrial e das correntes institucionalistas desde o ano de 1950, há um interesse na incorporação de pressupostos mais realistas à estrutura conceitual dos autores neoclássicos marginalistas, por meio do reconhecimento das críticas aos seus modelos e pressupostos de concorrência perfeita.

Dessa forma é que se reforça a importância de adotar nas Ciências Humanas um método que não privilegie qualquer dos pólos cognitivos (real versus abstrato), na forma originalmente apresentada por Marx. O cerne da metodologia marxiana, residindo na busca de entrosamento e integração conjunta dos elementos que antes podiam se apresentar de forma dispersa e desconexa, decorre de uma operação básica e central em seu método, aplicada de forma recorrente no tratamento dos assuntos por ele enfocados: a análise.

A análise não representa uma mera separação ou decomposição de um todo em suas partes, mas uma determinação das relações existentes em uma totalidade, em função de uma recomposição dessa totalidade numa operação seguinte de síntese, pois não existe análise sem síntese (e vice-versa) em operações que não somente se complementam, como se conjugam fazendo parte de um todo, de uma mesma operação mental de abstração e compreensão. Cumpre observar as considerações acerca da categoria fundamental da produção, em que Marx reconhece que a mesma apresenta características, determinações comuns em todas as épocas. É possível reconhecer, como na “produção em geral”, uma abstração que permita identificar os traços comuns por meio da comparação entre os modos de produzir das diferentes sociedades em diferentes épocas, mas que também permita identificar seus traços

diferenciados.

Considerando que o sujeito e o objeto da produção (a humanidade e a natureza) são os mesmos, independentemente do período histórico, seus traços comuns são estabelecidos, por exemplo, os conceitos de instrumentos de produção, de trabalho acumulado no passado, dos grupos sociais dominantes e dominados nas relações sociais de produção, dos recebimentos que estes e outros grupos sociais recebem enquanto quota da produção social, dentre outros (MARX, 1982).

Nesse sentido, propõe-se a possibilidade de trilhar novos percursos dialéticos da epistemologia em torno dos debates “objetividade versus subjetividade”, “teoria versus prática”, “distanciamento versus proximidade” no posicionamento das pesquisas em Administração em relação a seus objetos de estudo de natureza política e social, como área aplicada das Ciências Humanas e Sociais.

Em linhas gerais, a principal diretriz a ser estabelecida para a adoção de metodologias alternativas de pesquisa é que o caráter participante do pesquisador deve ser equivalente ao de outros atores, nunca superior ou determinante nos processos estudados. Ao contrário, sua atuação pode tornar-se objeto decisivo de análise, podendo distorcer e tornar ainda mais complexa a dinâmica analisada. Para evitar o risco de uma redução demasiada no grau de isenção do pesquisador e de “enviesamento” de suas análises, recomenda-se avaliar permanentemente seu grau de intervenção para evitar que sua atuação contribua excessivamente na trajetória dos fenômenos analisados.

## Referências

- ABRÃO, B. S. *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Coleção Os Pensadores).
- BOURDIEU, Pierre ; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*.

Petrópolis: Vozes, 2004.

BORDA, O.; BRANDÃO, C. *Investigación participante*. Montevideo: Banda Oriental, 1986.

CASTELLS, M.; IPOLA, E. *Prática epistemológica e ciências sociais*. Porto Alegre: Apontamento, 1978.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GALTUNG, J. *Teoría y métodos de la investigación social*. Buenos Aires: EUDEBA, 1966.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia, que é a sociologia?* Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

GURVITCH, G. *Hiper-empirisme dialectique*. Paris: Université Paris XV, 1953.

HENSEN, J. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPIASSU, H. F. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MAFFESOLLI, M. *Lógica da dominação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

\_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PARSONS, T.; SHILS, E. *Hacia una teoría general de la acción*. Buenos Aires: Kapelusz, 1968.

PRADO JR, C. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista*. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1973. Disponível em: <[www.ebooksbrasil.org/eLibris/caio.html](http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/caio.html)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

PRIETO, C. *El autodiagnóstico comunitário*. Quito: Ciespal, 1984.

SUERDIECK, S. S. *A importância do planejamento para a eficácia da gestão em organizações de interesse social*. 2005. Monografia (Especialização em Gestão Social para o Desenvolvimento) – EA-UFBA, Salvador, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1998.

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

YAMAMOTO, O. *Marx e o método*. São Paulo: Moraes, 1994.

*Recebido em: ?*

*aprovado em: ?*